

TRAJETÓRIAS OLÍMPICAS DE ATLETAS BRASILEIRAS: EM BUSCA DO RENDIMENTO ESPORTIVO E DE RECONHECIMENTO NACIONAL (1928-1976)

Cássia Danielle Monteiro Dias Lima¹

Letícia Samara Lima Silva²

Luiza Lima de Paula³

Resumo: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa que investigou as representações forjadas por alguns periódicos brasileiros sobre a relação entre prática esportiva e gênero feminino, no período de 1928 a 1976, mais detidamente sobre a participação de brasileiras nos Jogos Olímpicos da Era Moderna. O *corpus* documental é composto por publicações de jornais e revistas, entrevistas e fotografias, documentos localizados por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e outros sítios virtuais. Paralelamente, selecionamos produções acadêmicas que tomaram as modalidades esportivas e/ou os percursos das atletas como objeto de análise. O objetivo foi analisar como as estruturas sexistas moldaram o ambiente esportivo no período estudado, influenciaram a percepção pública das atletas femininas e afetaram seus percursos. Nesse exercício, deparamo-nos com trajetórias singulares e itinerários semelhantes. Na contramão de apagamentos, evidenciamos os caminhos percorridos por esportistas que ousaram se destacar e romper com estruturas sexistas que lhes imputavam lugar de submissão e tutela. Com diferentes histórias de vida, as atletas brasileiras enfrentaram muitas hostilidades. Por vezes, suas habilidades esportivas eram menosprezadas. Muitos incidentes e conflitos permearam seus caminhos, evidenciando a interseccionalidade entre gênero, raça e classe social.

Palavras-chave: Atletas mulheres; Jogos Olímpicos; Brasileiras nas Olimpíadas; Gênero.

Olympic trajectories of Brazilian athletes: in search of sport performance and national recognition (1928-1976)

Abstract: This article presents the results of a research that investigated the representations created by some Brazilian periodicals about the relationship between sporting practice and the female gender, from 1928 to 1976, in more

¹ Universidade do Estado de Minas Gerais. Email: cassia.danielle@yahoo.com.br

² Graduanda do curso de Licenciatura em Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (EEFFTO/UFMG). Bolsista de Extensão do Projeto "Vem dançar com a gente" do Centro Pedagógico da UFMG. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação do Corpo da Universidade do Estado de Minas Gerais (LEPEC/UEMG). Email: leticiasls0808@gmail.com

³ Graduanda do curso de Educação Física da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Unidade Ibirité). Bolsista de Iniciação Científica do Projeto "Narrativas e representações forjadas pela imprensa brasileira sobre a participação de atletas brasileiras nos Jogos Olímpicos Modernos: conhecendo e divulgando suas trajetórias esportivas (1928-1976)". Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação do Corpo da Universidade do Estado de Minas Gerais (LEPEC/UEMG). Email: luiza.1397399@discente.uemg.br

detail about the participation of Brazilian women in the Modern Olympic Games. The corpus documentary is made up of newspaper and magazine publications, interviews and photographs, documents located through the Digital Hemetoreca of National Library of Brazil and other virtual sites. At the same time, we selected academic research that took sports and/or athletes' careers as an object of analysis. The objective was to analyze how sexist structures shaped the Sporting environment in the period studied, influenced the public perception of womanly athletes and affected their careers. In this exercise, we are faced with unique trajectories and similar itineraries. Against the tide of erasure, we highlight the paths taken by athletes who dared to stand out and break with sexist structures that assigned them a place of submission and guardianship. With different life stories, Brazilian athletes faced a lot of hostility. Sometimes his Sporting abilities they were belittled. Many incidents and conflicts permeated their paths, highlighting the intersectionality between gender, race and social class.

Keywords: Women athletes; Olympic Games; Brazilians at the Olympics; Gender.

Introdução

Aos corpos femininos, desde há muito tempo, são postulados padrões de composição física e comportamentais. No decurso da história da humanidade, mesmo tuteladas, algumas mulheres empreenderam movimentos de luta e resistência, paulatinamente ocupando lugares antes cerceados. Na intenção de ampliar discussões e propondo outras questões, este artigo apresenta uma parcela dos resultados obtidos em uma pesquisa realizada em 2022 e 2023.⁴ Neste texto especificamente, buscamos mapear, reunir e cruzar as trajetórias de atletas brasileiras que se movimentaram, enfrentaram as restrições e conquistaram uma vaga em alguma edição dos Jogos Olímpicos (JO) da Era Moderna, entre os anos de 1932 e 1976.

A delimitação desse período se justifica, tendo como marco inicial a primeira edição desse evento mundial em que houve a participação efetiva de mulheres na condição de competidoras. Já como marco final, elegemos a última edição dos JO ocorrida na década de 1970, pois ficou perceptível certa inflexão nos debates sobre o gênero no âmbito esportivo, que passaram a relacionar mais detidamente a prática esportiva às questões ligadas à sexualidade, principalmente no alto rendimento. Tais balizas se ancoram ainda nas

⁴A pesquisa contou com apoio financeiro do Programa Institucional de Apoio à Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais (PAPq/UEMG), por meio da concessão de bolsa de iniciação científica

proposições de Hargreaves (1984 *apud* MIRAGAYA, 2006), que postulou o delineamento de três períodos históricos a serem considerados nas análises sobre a participação feminina nos JO: 1º) 1896 a 1928; 2º) 1928 a 1952; 3º) 1952, que, na década de 1980, o autor delimitou como “até os dias atuais”.⁵

Marcado pela taxativa exclusão das mulheres, o primeiro período abarca os movimentos iniciais que objetivaram o direito de acesso das mulheres a algumas modalidades. Esforços mais contundentes bem como a consolidação da conquista de algumas de suas reivindicações marcam o segundo período. Já o terceiro e último é apresentado como despertar de novas lutas e de outros modos de operar com os cerceamentos impostos ao gênero feminino.

No contexto mundial, no período da Guerra Fria, o esporte foi tomado como meio de solidificar características que pudessem fortalecer as representações de nações fortes e hegemônicas, detentoras de apurado conhecimento técnico e científico. Essa prática foi, desse modo, mobilizada como “uma dimensão simbólica de afirmação do poderio” tanto pelos Estados Unidos da América (EUA) quanto pela União Soviética (URSS) (OLIVEIRA, 2009, p. 397). Por outro lado, o espraiamento do movimento feminista na década de 1960 contribuiu para um maior envolvimento de mulheres nas lutas sociais e para um despertar de interesses pela prática esportiva.

O *corpus* documental é composto por publicações de jornais e revistas, entrevistas e fotografias. Esses documentos foram localizados por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e de outros sítios virtuais. Em um primeiro momento, nas buscas efetuadas no repositório da Hemeroteca, foram usados diversos descritores, de modo isolado e combinados.⁶ Posteriormente, já dispondo de alguns dados, oriundos das análises realizadas dos primeiros registros, utilizamos os nomes das atletas e de seus treinadores, das modalidades que praticavam, dos clubes a que pertenciam, entre outros vínculos. Quadros foram confeccionados como ferramentas para a organização e categorização das fontes, permitindo dar visibilidade e inteligibilidade ao material reunido.

⁵ Nas últimas décadas, observamos esforços em garantir paridade de gênero nos JO. Desse modo, para estudos desse tema a partir da década de 1980, é necessária a proposição de delimitações que englobem as alterações decorrentes desse processo.

⁶ Por exemplo: mulheres esportistas, brasileiras nas Olimpíadas, brasileiras nos Jogos Olímpicos, mulheres e esporte, Olimpíadas de Los Angeles, Jogos Olímpicos de Berlim, Maria Lenk, Irenice Maria Rodrigues, entre vários outros.

Paralelamente, selecionamos produções acadêmicas que tomaram as modalidades esportivas e/ou o percurso de algumas atletas como objeto de análise. Na articulação entre o geral e o particular, entre o macro e o micro – tal qual instiga Revel (1998); na reunião, análise e cruzamento dos vestígios –, conforme postula Ginzburg (1989) e no constante diálogo com outras referências, é que as questões deste estudo foram enfrentadas.

Nesse exercício investigativo, deparamo-nos com trajetórias singulares e percursos semelhantes. Sobre algumas atletas, encontramos uma quantidade considerável de referências; já sobre outras, nem mesmo seus nomes foram identificados. Presenças solitárias nas delegações brasileiras, condições inapropriadas de viagens e instalações, falta de apoio financeiro e reconhecimento de suas habilidades, bem como experiências de preconceito e racismo permearam o percurso dessas mulheres. Na contramão de “apagamentos” e “silenciamentos”, intentamos evidenciar, neste texto, os caminhos percorridos por algumas esportistas que ousaram se destacar e romper com as estruturas sexistas que lhes imputavam lugar de submissão e tutela. Buscou-se, então, compreender os meandros percorridos, identificar quem foram elas e localizar quais espaços conseguiram ocupar.

Notas sucintas sobre a participação feminina nos esportes e nos primeiros JO da Era Moderna

Desde o fim do século XIX e início do XX, a inserção das mulheres no esporte foi moldada por opiniões, principalmente de homens que visavam controlar sua participação na sociedade. Como nos permite refletir Castro (2019, p. 88), “Pensar a participação das mulheres significa questionar naturalizações e estereótipos construídos por uma estrutura de poder, que atribui autoridade e soberania masculina”. Desse modo, no desenvolvimento da pesquisa, foi necessário identificar as representações forjadas sobre a presença das mulheres nas práticas esportivas de maneira mais geral e em um período anterior ao marco inicial deste estudo.

Para tanto, em um primeiro movimento investigativo, debruçamo-nos sobre as últimas décadas do século XIX e as décadas iniciais do XX. Percebemos que o termo “*sportwoman*” aparecia recorrentemente nas fontes consultadas, e

ficou perceptível que evocava diferentes sentidos. Quase sempre, referia-se a certas características que vinculavam a mulher às práticas reconhecidas socialmente como “modernas”. No conjunto de reportagens encontradas em diferentes jornais e revistas foi comum o enfoque em artistas, apresentadas como, além de talentosas, “*sportwomen* perfeitas” (PERFIS..., 1919). Para afirmar essa qualidade, enfatizavam que eram determinadas, ousadas e fortes. Em outros registros, o termo evocou também o papel de torcedoras atentas que coroavam, com graça e beleza, as assistências aos pleitos de homens. O uso da expressão “*sportwoman*” parece ainda atribuir *status* às práticas, tornando algumas modalidades esportivas “chiques”, “requintadas” e, assim, dignas de uma mulher moderna.

Na esteira da produção de normativas para o corpo feminino, localizamos também argumentos biológicos e reconhecidos como científicos para justificar a pertinência ou não de mulheres praticarem algumas modalidades esportivas. Com o intuito de definir o que era próprio e natural da feminilidade que desejavam forjar, as reportagens vinculavam às práticas esportiva atributos como a graça e a beleza.

Não desvinculado dessas representações, também circulantes em outros países (pelo contrário, alimentado por elas), o barão Pierre de Coubertin idealizou a “retomada” dos JO seguindo os valores da Grécia antiga. Nessa perspectiva, Coubertin projetava uma sociedade na qual “apenas os homens de educação sólida” poderiam atuar (DEVIDE, 2005, p. 4). Orientado por essa premissa, o barão se colocou contrário à participação feminina nos JO e, enquanto ocupou lugar de gerência no Comitê Olímpico Internacional (COI), cargo que exerceu por 29 anos, esforçou-se por desencorajar a inserção feminina⁷ (DEVIDE, 2005).

Nesse formato, a primeira edição ocorreu, em 1896, apenas com atletas homens, representando 14 países.⁸ Na segunda edição, em 1900, em Paris (França), 22 mulheres competiram, na condição de convidadas ou recrutadas, em

⁷ Importa ressaltar que Devides (2005) apresenta argumentos de Coubertin favoráveis à exercitação feminina por meio dos esportes, inclusive com a realização de competições, no entanto estas deveriam ocorrer entre elas, sem a intervenção ou assistência de público, mesmo que apenas feminino, portanto não poderiam ocorrer nos JO.

⁸ Segundo Miragaya (2006), um fato instigante ocorreu na maratona de 40 quilômetros, na qual Stamata Revithi, mesmo com a proibição expressa da participação de mulheres, completou o percurso posteriormente e, após o feito, solicitou o reconhecimento. Como esperado, seu pedido foi rejeitado, e Stamata ganhou a alcunha de “Melpômene”, nome da musa grega da tragédia.

algumas modalidades como *lawn* tênis, golfe, *croquet* e balonismo. Foi em 1912, nos JO de Estocolmo (Suécia), que a participação das mulheres obteve um aumento significativo. Tal edição contou com a participação de 57 atletas nas demonstrações de natação e *lawn* tênis (MIRAGAYA, 2006).⁹

Em movimento paralelo, ante a recusa do COI em incluir o atletismo feminino nos JO, a francesa Alice Milliat fundou uma federação esportiva e organizou, em 1921, o Encontro Internacional Feminino e, em 1922, os Jogos Olímpicos Femininos (DEVIDE, 2005). Tais jogos tiveram mais três edições, em 1926, 1930 e 1934, com a denominação de Jogos Femininos Mundiais¹⁰ (GIGLIO et al., 2018). Além do atletismo, esses jogos abarcaram outras modalidades e obtiveram um bom público, que se comparava aos dos JO organizados pelo COI. Talvez em resposta à audaciosa criação de Milliat, em 1928, em Amsterdã (Holanda), a participação feminina foi aceita oficialmente nas provas de atletismo (MIRAGAYA, 2006). Portanto, a inclusão de atletas do gênero feminino nos esportes e nos JO se deu após um extenso processo de luta, resistência e posicionamento de muitas mulheres.

Não conseguindo mais proibir taxativamente a prática esportiva, importava, como estratégia, delimitar quais espaços as mulheres podiam adentrar. Destarte, em concordância com argumentos biológicos que justificavam a proibição de alguns esportes para as mulheres, as esportistas enfrentaram diversas barreiras até conseguirem se inserir em algumas competições. Perante essas restrições e com o pouco incentivo que recebiam, as esportistas brasileiras demoraram alguns anos para chegar aos JO. Somente em 1932 a delegação brasileira contou com uma atleta.¹¹ Um atraso considerável de 32 anos em relação à primeira participação olímpica de uma mulher e às primeiras demonstrações femininas na edição de 1900, em Paris (MONTANHA, 2019).

Entre o proveitoso e o nocivo: práticas de inserção, tutela e resistência

Superação do atraso, desenvolvimento econômico, construção da identidade nacional, “formação de um brasileiro de novo tipo” (OSTOS, 2012, p.

⁹ De acordo com Miragaya (2006), o número de participantes poderia ser ainda mais expressivo (293 mulheres), se considerassem aquelas que realizaram demonstrações de ginástica.

¹⁰ A mudança no nome do evento ocorreu pelo impedimento do COI no uso da expressão “Jogos Olímpicos”

¹¹ A primeira participação de uma equipe de atletas brasileiros ocorreu na edição dos JO de 1920, em Antuérpia (Bélgica).

325) foram ensejos que marcaram as décadas de 1930 e 1940. Desde iniciativas governamentais até opiniões cotidianas de doutos e leigos, a mulher passou à condição de centralidade nas práticas forjadas para alcançar os objetivos de construir uma nação forte, ordeira, produtiva e moderna. Em defesa ou em repúdio, muitas vezes ecoavam a fim de abordar a questão da emancipação feminina. Discussões acerca do direito ao voto, do tempo e do tipo de labor adequado à natureza feminina, da indispensável participação das mães na constituição do povo brasileiro permearam opiniões expostas em periódicos, tramitação de leis, recomendações médicas e ações pedagógicas. Parecia haver um entendimento comum da necessidade de proteger a “condição materna”, que ultrapassava as fronteiras do individual/particular (OSTOS, 2012, p. 330).

Sobre o corpo feminino, de forma paradoxal, as modificações socioculturais e econômicas ocorridas no Brasil promoveram táticas para sua exibição e estratégias para seu ocultamento (GOELLNER, 2003). Nesse sentido, mesmo em um contexto de mudanças e conquistas sociais para as mulheres, ainda se sustentavam representações sobre o corpo, comportamentos, gestos e habilidades, concatenadas com a defesa de que a gestação, os cuidados com o lar e a educação da prole eram papéis femininos, funções naturais do gênero (GOELLNER, 2003; OSTOS, 2012), o que se desdobrava em postulações de práticas, ações e posturas consideradas impróprias, e que, portanto, deveriam ser proibidas. Entre estas, temos o cerceamento legal por meio do Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, em seu artigo 54 (único momento em que o gênero foi citado no texto), que impetrou não ser permitido às mulheres a prática de esportes incompatíveis com sua natureza (BRASIL, 1941). Não há, nesse Decreto-Lei, descrição detalhada de quais seriam as práticas contraindicadas, no entanto havia recorrente circulação de discursos, oriundos principalmente de opiniões médicas, que condenavam esportes de contato intenso, com destaque para o futebol e as lutas.¹² Apesar das proibições, algumas mulheres praticavam esses esportes, antes e após a promulgação do Decreto.

¹² Como exemplo, destacam-se os textos publicados por dr. Leite de Castro, afirmando ser o futebol feminino um contrassenso do ponto de vista estético e biológico, uma violência contra o corpo da mulher (O FUTEBOL..., 1940).

Ainda na década de 1940, intentos democráticos e de promoção da paz marcaram algumas ações sociais, decorrente do contexto pós-Segunda Guerra Mundial, e o esporte foi eleito como uma importante ferramenta para propiciar a união das nações e evitar novos conflitos bélicos (OLIVEIRA, 2009). Já alguns anos depois, em um Brasil governado por uma ditadura militar, o esporte foi considerado novamente uma prática importante e houve investimento considerável no setor, principalmente no de alto rendimento (OLIVEIRA, 2009). Na esteira de regimes de exceção, os resultados nas disputas internacionais representavam êxito nos encaminhamentos dados ao País, de maneira geral. Ainda vigorava o ordenamento do Decreto-Lei nº 3.199 (BRASIL, 1941), revogado apenas em 1979, complementado pela Deliberação nº 7 do Conselho Nacional de Desportos (CND), em 1965. Esse dispositivo definia quais modalidades esportivas eram perniciosas e, portanto, proibidas às mulheres. Eram elas: as lutas, o futebol, o rúgbi, o polo aquático, o futebol de salão e o de praia, o halterofilismo e o beisebol (BATISTA, 2021).

Além da presença de argumentos similares aos disseminados nas décadas anteriores, percebe-se certa verticalização nas publicações sobre a relação entre esporte e orientação sexual das mulheres, e sobre o uso de substâncias proibidas (o chamado “*doping*”). No ano final delimitado para este estudo, ocorreram os JO de Montreal (Canadá) e houve destinação considerável de recursos para os denominados “exames de determinação de sexo”. Essas aferições eram realizadas com o intuito de verificar, por meio de exames laboratoriais, genéticos e físicos, se a pessoa era realmente do sexo feminino (EXAME..., 1976, p. 22). Houve repercussão e muitos protestos de atletas que consideraram a prática discriminatória e ultrajante. Essa foi uma ação voltada apenas aos corpos femininos e sustentada por uma concepção binária e ultrapassada de gênero (GOELLNER, 2016).

Mesmo sendo destinadas verbas para o desenvolvimento esportivo do País, nos JO, nas décadas de 1960 e 1970, o índice de participação de atletas brasileiras diminuiu, sendo inferior à média mundial. O ambiente esportivo tornou-se ainda mais restritivo às mulheres, exigindo interferência masculina

para que conseguissem ocupar ou continuar ocupando alguns espaços (VIEIRA; FREITAS JUNIOR, 2020).¹³

Esses elementos de contexto permitem indiciar que os 48 anos abarcados nesta pesquisa foram permeados por fatores diversos que, em um movimento de avanços, recuos, estagnações e retrocessos, apresentaram diferentes questões e entraves ao engajamento feminino no meio esportivo. Conhecer as possibilidades construídas por mulheres se apresenta como importante passo para a consolidação de espaços sociais pautados em equidade, cordialidade e humanidade.

Vestígios das trajetórias das brasileiras que competiram nos JO

No desenvolvimento do estudo, empenhamo-nos em identificar os espaços ocupados pelas atletas brasileiras selecionadas para participar dos JO. Procuramos também conhecer e reconhecer suas trajetórias pessoais. Nesse movimento, deparamo-nos com uma grande discrepância na quantidade de reportagens disponíveis na Hemeroteca e em outros sítios virtuais. Sobre algumas mulheres, encontramos muitas notícias, fotografias e até artigos científicos; já sobre outras, poucas menções foram destacadas nos jornais e revistas; em alguns casos, nada foi encontrado.

Como forma de organização dos dados, elaboramos o quadro 1, que apresenta nominalmente essas atletas, o ano e local de realização, e as modalidades disputadas em cada edição dos JO, de 1932 a 1976.

¹³ Como exemplo, o presidente da Confederação Brasileira de Judô inscreveu mulheres no Campeonato Sul-Americano, no fim da década de 1970, utilizando apenas os sobrenomes, para burlar a proibição estabelecida pelo Decreto-Lei nº 3.199 e pela Deliberação nº 7 do CND (VIEIRA; FREITAS JUNIOR, 2020).

Quadro 1 - Atletas brasileiras que participaram dos JO (1932 a 1976)

Ano	Local	Modalidade	Nome da atleta	Idade
1932	Los Angeles (EUA)	Natação	Maria <u>Lenk</u>	17
1936	Berlín (Alemanha)	Natação	Maria <u>Lenk</u>	21
			<u>Sieglinda Lenk</u>	17
			Piedade Coutinho	16
			Helena de Moraes Salles	17
			<u>Scylla Venâncio</u>	19
		Egrima	Hilda von <u>Puttkammer</u>	24
1948	Londres (Inglaterra)	Natação	Piedade Coutinho	28
			Eleonora Schmitt	16
			Maria Angélica Leão da Costa	17
			Talita de Alencar Rodrigues	13
			Edith <u>Groba</u>	20
		Atletismo	<u>Melânia Luz dos Santos</u>	20
			Gertrudes Ida <u>Morg</u>	23
			<u>Lucila Pini</u>	18
			Elizabeth Clara Müller	22
			<u>Benedicta Souza Oliveira</u>	21
			Helena Cardoso de Menezes	21
1952	Helsinque (Finlândia)	Natação	Piedade Coutinho	32
1956	Melbourne (Austrália) e Estocolmo (Suécia)	Saltos ornamentais	Mary Dalva Proença	21
1960	Roma (Itália)	Atletismo	Wanda dos Santos	28
1964	Tóquio (Japão)	Atletismo (salto em altura)	Aída dos Santos	27
1968	Cidade do México (México)	Atletismo	Aída dos Santos	31
			<u>Irenice Maria Rodrigues</u>	25
			Maria da Conceição Cipriano	25
		Hipismo	Lúcia de Faria Alegria Simões	17
1972	Munique (Alemanha)	Natação	Christina <u>Bassani Teixeira</u>	14
			Maria Isabel Vieira Guerra	17
			Lucy Maurity Burle <u>Kalache</u>	17
		Hipismo?	NÃO IDENTIFICADA	-----
			NÃO IDENTIFICADA	-----
1976	Montreal (Canadá)	Natação	Maria Elisa Guimarães	18
			Flávia <u>Nadalutti</u>	15
			Rosemary Peres Ribeiro	18
			Christina <u>Bassani Teixeira</u>	18
		Atletismo	Maria Luiza Domingues <u>Betioli</u>	28
			Silvina Pereira da Silva	28
			Esmeralda de Jesus Freitas Garcia	18

Fonte: elaborado pelas autoras.

Nessa direção, damos continuidade a esta narrativa, agrupando os percursos dessas mulheres por modalidades disputadas, a fim de compreender as nuances, semelhanças, encontros e tensões nos caminhos percorridos.

Na natação

A natação, na década de 1920, foi considerada mais adequada à prática feminina. Acreditava-se que ela não interferia na feminilidade nem necessitava de força física, garantindo que as praticantes se mantivessem saudáveis e aptas para gerar filhos fortes, correspondendo às expectativas sociais (DEVIDE, 2012). Por essa aceitação, a modalidade se apresentou como porta de entrada nos JO.

As mulheres começaram a participar da natação nos JO de Estocolmo, em 1912, mas a primeira participação brasileira (e sul-americana) foi em Los Angeles, em 1932, com a presença de Maria Emma Lenk, quando tinha apenas 17 anos. Maria Lenk, filha de pai alemão e mãe brasileira, enfrentou uma complicada

viagem de navio até chegar aos EUA. Era a única mulher da delegação e estava desacompanhada, o que, de certo modo, contrapunha a costumes sociais do País.¹⁴ Como forma de angariar fundos, havia a bordo sacas de café para serem vendidas, a fim de custear a viagem. Em condições inapropriadas, Lenk não conseguiu se manter em preparação. Nos resultados finais, a atleta conquistou o 20º lugar nos 100m livre e o 11º nos 200m peito, e foi desclassificada nos 100m costas (MIRAGAYA, 2006).

Em 1936, nos JO de Berlim, a delegação brasileira contou com cinco nadadoras, que também enfrentaram uma difícil viagem de navio. Compunha o grupo de competidoras: Maria Lenk, em sua segunda participação; sua irmã, Sieglinda Lenk (17 anos); Piedade Coutinho (16); Helena de Moraes Salles (17); e Scylla Venâncio (19). Além do protagonismo de Maria Lenk, nessa edição, Piedade Coutinho se destacou, chegando à primeira final olímpica da natação feminina brasileira, conquistando o 5º lugar nos 400m.

De acordo com Takata (2013), Piedade nasceu no Rio de Janeiro, em 1920. Desde cedo, demonstrou interesse pela natação, defendendo clubes como o Guanabara, o Vasco e o Flamengo. Chegou aos JO em 1936, com apenas 16 anos. Apelidada de “Garota Prodígio” pela imprensa Brasileira (PIEDADE..., 1936, p. 2), a nadadora se tornou a grande esperança dos JO de Berlim, mobilizando a desconstrução dos estereótipos de fragilidade e “menina” aferidos a ela (DEVIDE et al., 2018).

Nos registros da imprensa, a imagem da Sieglinda esteve atrelada à de Maria Lenk, sendo comumente referenciadas como as “irmãs Lenk” (MARIA LENK..., 1939). As duas participaram de alguns eventos esportivos, com destaque para a inauguração de piscinas, como a do Club Portuguez, em 1937 (INICIANDO..., 1937). Em 1938, Maria Lenk bateu o recorde das três provas que disputou no Sul-Americano de Natação: 100m peito, 500m e 400m livres. Após sua atuação, foi celebrada pela imprensa como “exímia” e “notável nadadora”, como “‘uma mulher’ que elevou ‘o Brasil no mais alto pináculo da glória” (A NOTÁVEL..., 1938, p. 6). Além de ser a primeira mulher sul-americana a

¹⁴ Mesmo diante das mudanças sociais ocorridas nas primeiras décadas do século XX, sobretudo nos espaços urbanos, havia discursos de repúdio à expansão feminina e forte controle sobre seus corpos, atos e gestos (OSTOS, 2012). O direito ao voto em todo território nacional, por exemplo, era uma conquista recente, concedido apenas cinco meses antes da viagem de Maria Lenk.

participar dos JO, a trajetória de Lenk tencionou preconceitos e ampliou possibilidades.

As edições dos JO de 1940 e 1944 foram suspensas devido à Segunda Guerra Mundial. Durante esse período, Maria Lenk e Piedade viveram o ápice de suas carreiras. Maria Lenk bateu recordes mundiais no nado peito, em 1939, e chegaria aos JO de 1940 como favorita. Já Piedade Coutinho, que não tinha o mesmo reconhecimento de Lenk, vivia também uma fase extraordinária. Em 1937, terminou o ano com o terceiro melhor tempo do mundo nos 400m livres. Em 1938, obteve dois recordes sul-americanos no nado livre, além de diversas outras conquistas nacionais e mundiais (TAKATA, 2013).

Em 1948, na edição de Londres, o Brasil contou com a maior delegação de atletas do gênero feminino entre os anos pesquisados, sendo 13,58% do número de mulheres competidoras (VIEIRA; FREITAS JUNIOR, 2020). Das 11 atletas que partiram rumo à capital inglesa, 6 competiram pela natação. Para alívio das brasileiras, pela primeira vez, a viagem foi feita de avião. Compuseram a equipe de nadadoras: Maria Angélica Leão da Costa (17 anos), Talita de Alencar Rodrigues (13), Edith Groba (20), Gertrudes Ida Morg (23), Eleonora Schmitt (16) e, novamente, Piedade Coutinho (28).

A *Revista Fon-Fon* realizou uma abrangente cobertura dos JO de 1948. Em 14 de agosto daquele ano, a revista apresentou várias imagens de atletas brasileiras e brasileiros, algumas de treinos realizados ainda em solo nacional, outras já na capital da Inglaterra (fig. 1 e 2). Uma cobertura expressiva foi realizada sobre a equipe feminina de natação, ao contrário da equipe de atletismo, que apenas foi registrada nos momentos em que estava junto ao restante da delegação brasileira. Nem mesmo na parte dedicada à modalidade, há menção às mulheres que por ela competiam, escancarando disparidade no acompanhamento dispensado às equipes e reforçando posição de *outsiders* das atletas dessa modalidade, conforme argumenta Farias (2012).

Figura 1 – Desembarque da delegação feminina do Brasil (natação e atletismo) em Londres (21 de julho de 1948); Figura 2 – Equipe de natação após 1º treino em Londres



Fonte: OS BRASILEIROS... 1948, p. 24, 39.

Edith Groba, atleta do Fluminense, não obteve grandes resultados nas provas de resistência, mas nos 200m costas foi recordista brasileira e sul-americana durante muitos anos; em Londres, participou dos 100m costas, não chegando à final. Talita Rodrigues competiu nos JO com apenas 13 anos e 347 dias, tornando-se a mais jovem integrante de uma delegação brasileira de natação. Feito sustentado até a edição de Tóquio, em 2021¹⁵ (RUBIO, 2015). As primeiras ocorrências sobre Talita marcam o início de sua carreira, aos 7 anos de idade, quando competia na categoria de “meninas petizes”. Desde então, Talita despontou na modalidade, quebrando recordes em diferentes categorias (OS ASES..., 1942).

Anunciada como “festejada campeã paulista” e “única representante feminina de São Paulo” (OS BRASILEIROS..., 1948), Eleonora Schmitt, filha de atletas alemães, nasceu em 23 de agosto de 1931. A mãe era ginasta, e o pai fazia saltos ornamentais. Eles migraram para o Brasil em 1920 e logo viraram sócios do Sport Club Germânia, onde Eleonora começou a treinar saltos (RUBIO, 2015).

¹⁵ Nessa edição, Rayssa Leal, de apenas 13 anos e 203 dias de idade, representou o Brasil nas provas de *skate*, tornando-se a mais jovem atleta e medalhista brasileira nos JO.

Em janeiro de 1947, a *performance* de Schmitt no trampolim fez com que fosse destacada “como uma das melhores saltadoras nacionais e, provável, defensora do Brasil” no Campeonato Sul-Americano que ocorreria em Buenos Aires (DERROTADO..., 1947, p. 16). De fato, a atleta disputou e sagrou-se campeã.

A almejada vaga nos JO foi conquistada por Eleonora, no início do ano de 1948. Em maio, no pré-olímpico realizado no Pacaembu, a atleta melhorou consideravelmente sua *performance* no trampolim e na plataforma (A NATAÇÃO..., 1948). Contudo, por ordens da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA), a equipe de saltos ornamentais não iria a Londres. Passados alguns dias, seu treinador, Sato, avisou que ainda havia vagas na natação. Após treinar por cerca de dois meses, na última seletiva, passou para a prova dos 100m livres, contrariando seu pai, que acreditava que a filha era muito nova para ir aos JO (RUBIO, 2015). Ao retornar ao Brasil, voltou ao esporte que se dedicava prioritariamente e, em 1949, foi campeã paulista. O deslocamento de Schmitt para a natação guardou relação com resultados alcançados em competições da modalidade (ELEONORA SCHMIDT..., 1947). Com apenas 29 anos, em 1960, Eleonora abandonou o esporte para se dedicar à família, decisão comum entre as mulheres, não apenas no ambiente esportivo.

Piedade Coutinho, durante um curto período, também abandonou as piscinas para se dedicar à família. Sua saída, e a de outras nadadoras, repercutiu na imprensa brasileira. Reportagens anunciavam que a saída de Piedade Coutinho, “a grande campeã sul-americana”, teria marcado “a fase decrescente que ora preocupa os dirigentes da nossa natação” (DELGADO, 1942, p. 8). Todavia, em uma decisão incomum, no ano de 1943, retornou às competições, sendo encarada com surpresa, pois era comum o entendimento de que a mulher deveria cuidar do bem-estar do lar e da educação dos filhos. Constante alvo de julgamentos, Piedade Coutinho, em entrevista concedida à Rede Globo de Televisão, em 1997, afirmou:

Existiam muitos tabus naquela época, em que a mulher não podia nadar, que a mulher era uma dona de casa, casada, com filhos. Não podia fazer esportes, era feio. E eu acho que eu dei um exemplo à mulher brasileira, que nós podemos fazer isso [...] (SOUZA *apud* MOURÃO, 2000, p. 13).

A atleta continuou treinando e melhorando seu rendimento, conquistando recordes brasileiros e sul-americanos, sendo o principal nome do revezamento da edição dos JO de 1948. Além disso, recebeu reconhecimento da imprensa brasileira.

Piedade Coutinho Tavares é como vinho... E a campeoníssima continua sua marcha vitoriosa, lutando contra os cronômetros, dando combate às suas marcas antigas, ao poderio da juventude. Ontem, notável feito, uma flecha deslizando, e hoje, senhora, mãe de um filho, mas sempre firme em busca de novas glórias, novos sucessos... (CONTRA-CAPA, 1948).

Vale ressaltar a disputa da final, nessa edição dos JO, na prova de revezamento 4x100m livre, na qual as atletas Maria da Costa, Eleonora, Talita Rodrigues e Piedade Coutinho conquistaram o 6º lugar, o que configura resultado expressivo até hoje.

Já em Helsinque, na Finlândia, em 1952, representaram o Brasil Piedade Coutinho (32 anos), competindo pela terceira e última vez; e Edith Groba (24), em sua segunda participação. Ambas enfrentaram uma longa viagem até a cidade-sede. Quando chegaram, encontraram condições de alojamento e alimentação abaixo do ideal para se manterem aptas à competição, levando-as a uma colocação aquém do esperado. Edith Groba nadou os 100m costas, mas não chegou à final da prova. Piedade Coutinho, aos 32 anos de idade, nadou os 400m livres e também não se classificou (RUBIO, 2015).

Nas quatro edições subsequentes dos JO (1956, em Melbourne/Austrália e Estocolmo/Suécia; 1960, em Roma/Itália; em 1964, em Tóquio/Japão; e, em 1968, na Cidade do México/México), o Brasil não levou em sua delegação nenhuma nadadora. A organização da edição de Melbourne foi considerada peculiar. É possível pensar que fatores como distância, datas e exigências de preparo possam ter sido relevantes para a diminuição da delegação brasileira como um todo,¹⁶ mas principalmente das atletas (RUBIO, 2015). Se considerarmos o histórico de apoio e investimento oferecido, é possível entender que talvez essa seja também uma causa da diminuição brusca de competidoras na delegação brasileira.

¹⁶ Na edição anterior, em 1952, o Brasil levou 103 atletas; já em Melbourne, a delegação foi composta somente por 49 (RUBIO, 2015).

Em 1972, na edição de Munique (Alemanha), a delegação brasileira contava com três nadadoras: Lucy Maurity Burle Kalache (17 anos), Christina Bassani Teixeira (14) e Maria Isabel Vieira Guerra (17). Lucy Kalache foi destacada nadadora do Botafogo. Um ano antes dos JO, em 1971, havia ganhado medalha de bronze nos Jogos Pan-Americanos. De 1971 a 1974, foi tetracampeã nas disputas do Troféu Brasil. Nos JO, competiu nas provas dos 100 e 200m nado livre, não se classificando para a final em nenhuma delas (FALCÃO, 2020). Christina Teixeira entrou, com apenas 11 anos, para a equipe principal de natação do Fluminense. Aos 12 anos, bateu recordes sul-americanos e participou dos Jogos Pan-Americanos de 1971, em Cali (Colômbia). Em Munique, disputou as provas de 100 e 200m nado peito, não chegando às finais. Após se formar em Biologia, aos 21 anos, abandonou a natação (RUBIO, 2015). Maria Isabel Vieira Guerra é natural de Mococa-SP. Mais conhecida como Bel Guerra, a atleta ficou em 4º lugar no Pan-Americano de 1971 e foi considerada grande nadadora de *medley* daquele ano, sendo ainda recordista sul-americana de 1971 a 1976. Bel foi apresentada como uma das grandes esperanças da edição de Munique (VERDÃO...,1972, p. 7). Poucos meses depois, confirmando as especulações, Bel Guerra desembarcou para a disputa dos JO de 1972. Nos Jogos de Munique, participou de três provas, entretanto não chegou à final em nenhuma delas (RUBIO, 2015). Bel Guerra foi destacada como motivo de “orgulho para toda Mococa” (CHICO..., 1973, p. 14).

Na edição de Montreal, em 1976, o grupo de nadadoras contava com quatro atletas: Christiane Teixeira (18 anos), em sua segunda participação; Maria Elisa Guimarães (18); Flávia Nadalutti (15); e Rosemary Ribeiro (18). Maria Elisa começou a natação aos 6 anos; aos 15, participou da primeira edição do Campeonato Mundial de Esportes Aquáticos, em 1973. Nos JO de 1976, nadou os 400m livre e os 800m livre, não chegando a nenhuma final (TAKATA, 2013). Flávia começou a nadar por divertimento aos 7 anos e, posteriormente, começou a treinar para competições. Participou do Campeonato Sul-Americano, do Campeonato Nacional do Canadá, dos Jogos Pan-Americanos e do Campeonato Mundial, disputando nos JO a prova dos 100m borboleta, mas sem se classificar para a final (RUBIO, 2015). Rosemary teve uma carreira de menor volume de medalhas e recordes, mas de muitas participações em competições. Em Montreal,

nadou os 100 e os 200m borboleta, não chegando à final de nenhuma das provas (RUBIO, 2015). Disputas entre Rosemary e Flávia foram narradas pela imprensa, muitas vezes diminuindo as conquistas e desempenho da primeira atleta (PRÉ-SELEÇÃO..., 1976). Entretanto, não encontramos vestígios de que essa rivalidade tenha extrapolado as páginas dos jornais.

No atletismo

Foi em Amsterdã, Holanda, em 1928, que as modalidades de ginástica e atletismo se estenderam às mulheres. O atletismo era composto de cinco provas, entre elas a de 800m. Após essa edição, na qual algumas atletas ficaram extenuadas e desmaiaram, o COI justificou que a prova exigia esforço demasiado das mulheres. Desse modo, a prova foi retirada do atletismo feminino, retornando em 1936, ainda sob muitas críticas e relutâncias.

As primeiras brasileiras a participarem de provas de atletismo nos JO viajaram para Londres, na Inglaterra, em 1948. A comitiva foi composta por seis mulheres: Benedicta Souza Oliveira (21 anos), Elizabeth Clara Müller (22), Gertrudes Ida Morg, Helena Cardoso de Menezes (ambas com 21), Lucila Pini (18) e Melânia Luz dos Santos (20).

Nascida em 1927, em Jundiaí-SP, Benedicta Oliveira foi campeã paulista, brasileira e sul-americana nas provas de 100m rasos. Na edição dos JO de 1948, além dessa prova, disputou o revezamento 4x100m. A atleta foi homenageada pelo Floresta, que registrou seu nome na pista de atletismo do clube (MOSAICO...,1950, p. 6). Após encerrar sua carreira de atleta, tornou-se a primeira mulher técnica de atletismo do país.

Filha de alemães, Elizabeth Müller, nascida em 1926, na cidade de São Paulo-SP, representou o Brasil nas provas de 100m rasos, arremesso de peso, salto em altura e também no revezamento. Em sua carreira, acumulou vários títulos brasileiros e sul-americanos. Müller foi reconhecida como uma das “rainhas” do atletismo feminino nacional (CLARA...,1956, p. 33). De Nova Friburgo-RJ, nascida em 1925, Gertrudes Ida Morg aparece em várias reportagens relacionadas às principais competições de atletismo na década de 1940. Morg foi apresentada como destaque da competição “Troféu Brasil”. Gertrudes Morg bateu o recorde brasileiro de salto em altura nas preparações

pré-olímpicas, competindo, em 1948, no salto em distância e na condição de reserva no revezamento 4x100m (RUBIO, 2015).

Baiana de Salvador, Helena Menezes se mudou para o Rio de Janeiro-RJ, para cursar Educação Física. Aos 20 anos, foi convidada a treinar atletismo no Fluminense. Devido a seus resultados, Helena tornou-se referência nos 100m e 200m rasos. Mesmo com a *performance* dessa atleta, localizamos uma reportagem que apresentou argumentos biológicos e fisiológicos para justificar que a prova de 200m seria muito fatigante ao “elemento feminino” (A EQUIPE..., 1950, p. 4). Em 1948, Helena disputou, nos JO, as provas de 100m e 200m. Heleninha, como era seu apelido, retornou em 1952, em Helsinque, competindo nos 100m e no salto em distância. Segundo Rubio (2015), Helena Menezes cessou sua participação em disputas esportivas após seu casamento, em 1954.

Nascida em São Paulo (SP), em 1930, Lucila Pini concorreu nos 200m. Já no fim da década de 1940, Lucila aparecia como destaque nos jornais que repercutiam os resultados do atletismo feminino. A equipe feminina vinha em grande ascensão, conquistando resultados animadores, com destaque para a prova de revezamento 4x100m. A equipe que superou o recorde nacional foi composta por: Melânia Luz, Elizabeth Müller, Benedicta de Oliveira e Lucila Pini. O feito foi representado como evidência da “sorte” reservada “ao atletismo feminino de nossa terra” (DOIS RECORDES..., 1948, p. 10). Melânia Luz também compôs a delegação brasileira para os JO de 1948, aos 20 anos. Foi a primeira mulher negra a representar o Brasil nesse evento mundial, concorrendo nos 200m rasos e no revezamento 4x100m. A atleta foi também pioneira na composição do quadro de atletismo do São Paulo Futebol Clube (SPFC), em 1945 (FARIAS, 2012). Foi campeã brasileira e obteve o 3º lugar no Sul-Americano do Chile.

Em entrevista à pesquisadora Cláudia Maria de Farias (2012), Melânia afirmou que sentiu austeridade de Elizabeth Clara Müller e evidenciou, em seu relato, certa segregação de atletas brasileiros e brasileiras negros e negras, vinculados ao SPFC, por aqueles e aquelas vinculados aos clubes de origem germânica. Relatos que confirmam que, para além do gênero, outros marcadores sociais delimitam e orientam as experiências individuais e coletivas dos sujeitos

e do ser mulher na sociedade brasileira. No caso de Melânia, sua raça e sua cor também foram fatores que tocaram seu percurso esportivo.

Figura 3 - Ao centro, Melânia Luz



Fonte: SERVI, 2021.

Antes do Sul-Americano de 1946, o desempenho da equipe brasileira foi desacreditado em algumas reportagens, que criticavam o pequeno número de atletas e elogiavam o maior preparo das chilenas e a pequena quantidade de atletas que estavam convocadas: “Será impossível com cinco elementos, vencer um torneio sul-americano de atletismo, ao menos que todas eles [*sic*] sejam ‘pentatletas’ da categoria de uma Clara Müller!”. Além de exaltar Müller, a reportagem relativizou a importância das demais atletas brasileiras, elencando Melânia Luz no que denominou de “Ilustres desconhecidas” (ESPORTE..., 1946, p. 6). Luz continuou competindo pela modalidade até o fim da década de 1990.

Três atletas brasileiras compuseram a delegação brasileira de atletismo em 1952, nos JO de Helsinque: Helena Menezes (25 anos), em sua segunda participação; Deise Jurdelina de Castro Freire (19); e Wanda dos Santos (20). As duas últimas, negras. Em entrevista a Farias (2012), Deise relatou episódios de racismo vividos pela delegação brasileira por parte das atletas brancas norte-americanas, que reivindicavam um andar sem “ninguém da raça negra”. Deise afirmou que não conseguiu aceitar aquela imposição e ameaçou deixar a competição. Depois de muita tensão, a solicitação americana não logrou êxito (FARIAS, 2012, p. 94). Esse relato evidencia como o racismo estava (e continua)

presente nas competições esportivas e era (e ainda é) delimitador dos lugares que poderiam (podem) ser ocupados.

Deise nasceu em 1933, em São Paulo (SP), e iniciou sua carreira no Clube Floresta, de origem italiana. A atleta chegou a ser considerada “uma das últimas revelações do esporte brasileiro”. Tal designação foi atribuída pela marcação de um novo recorde sul-americano na prova de 200m rasos (O FEITO..., 1949, p. 4). De 1932, também paulistana, Wanda dos Santos estudou no Colégio Ipiranga, instituição em que praticou várias modalidades esportivas. Seu desenvolvimento no atletismo a levou ao Palmeiras. Wanda disputou várias competições, tendo excelentes resultados, sendo consolidada como um dos principais nomes brasileiros na modalidade. Wanda foi também representada como “grande atleta” e como uma das “melhores barreiristas” daquele tempo (MAGNÍFICOS..., 1948, p. 12). A atleta foi semifinalista nas Olimpíadas de 1952 e deixou sua marca na história do atletismo brasileiro (VALPORTO, 2006). Em 1960, a atleta retornou aos JO, em Roma, sendo a única mulher a compor a delegação de 81 atletas brasileiros, que disputaram 14 modalidades.

Na edição de 1964, em Tóquio, Aída dos Santos obteve excelente atuação. A única representante feminina da delegação do Brasil, composta por 68 membros, conquistou o 4º lugar na prova de salto em altura. Com a colocação inédita entre as competidoras, Aída foi a primeira mulher brasileira a disputar as finais de atletismo nos JO. Negra e pobre, não contou com suporte técnico nem mesmo com uniforme e calçados adequados. Em relato, a atleta afirmou que se sentiu muito desamparada e que se machucou nas eliminatórias, torcendo o tornozelo, mas, mesmo lesionada e sem amparo, continuou treinando para a final (VALPORTO, 2006). Diante de evidente precariedade, Aída conseguiu um resultado muito expressivo, apenas ultrapassado em 1996. Se considerarmos especificamente a prova disputada por Aída, tal feito foi superado só em 2008, quando Maurren Maggi conquistou o ouro.

Aída dos Santos nasceu no Rio de Janeiro-RJ, em 1937. Sua família fixou residência na cidade vizinha, Niterói. Sem apoio e consentimento dos pais, iniciou sua carreira passando por muitas dificuldades, até mesmo fome (VALPORTO, 2006). Sua trajetória foi marcada por diversas menções nos jornais esportivos da época, sendo representada como “autêntica estrela veterana”

(LAURINDO, 1961, p. 6). Das atletas brasileiras de atletismo, a carreira de Aída se tornou uma das mais expressivas e reconhecidas até os dias de hoje.

Acompanhada de Irenice Maria Rodrigues e Maria da Conceição Cipriano (ambas com 25 anos), a atleta retornou aos JO no ano de 1968. Essas três atletas tinham alcançado, em 1963, no XII Campeonato Sul-Americano de Atletismo Feminino, o feito de ocuparem as três posições do pódio, trazendo o ouro (Maria da Conceição), a prata (Aída) e o bronze (Irenice) (RUBIO, 2015).

Mineira, natural de Itabirito, nascida no início da década de 1930, Irenice Maria Pinheiro foi atleta de desempenhos espetaculares. Além dos vários recordes que superou, participou e liderou movimentos de resistência à ditadura militar, contrários ao COB e as péssimas condições de trabalho dispensadas aos/às atletas pobres e negros/as, principalmente. No ano de 1967, Irenice foi recordista dos 800m. Vale recordar que a prova de 800m era considerada inadequada à natureza feminina e alvo constante de discussões. Irenice Maria Rodrigues desafiava as delimitações e razões científicas apresentadas por muitos sujeitos, entre eles Waldemar Areno,¹⁷ que reconheceu o ótimo desempenho e a excelente recuperação física da atleta (FARIAS, 2012).

No movimento de conhecer a trajetória dessa atleta, deparamo-nos com superações de recordes, constantes mudanças de clubes e recebimento de medidas disciplinares. No ano de 1961, compunha a equipe do Vasco; em 1964, aparecia na lista de atletas do clube Botafogo e, já em 1969, forçou sua transferência para o Atlético Mineiro, denunciando contrariedade à punição atribuída pelo Fluminense, clube pelo qual atuava desde 1967 (ATLETA..., 1969). Sua atuação nas competições nacionais e sul-americanas gerava expectativa de conquista de medalhas nos JO de 1968. Todavia, já na Cidade do México, houve um desentendimento com Maria da Conceição Cipriano, e seu retorno ao Brasil foi antecipado. Em entrevista concedida logo após seu desembarque, Irenice narrou os fatos que ocasionaram seu desligamento e demonstrou desapontamento com a decisão (IRENICE..., 1968, p. 14).

¹⁷ Foi professor da Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil (ENEFD) e reconhecido por seus estudos e publicações sobre Medicina Esportiva. Ocupou também o cargo de médico da delegação brasileira de atletismo.

Destarte, o ato disciplinar do COB é apontado como incompatível à ação de Irenice, sendo uma desculpa para retirá-la dos JO e minar a possibilidade de que a atleta fizesse algum gesto contrário ao regime militar (PROCURA-SE..., 2015). Uma prática de afastamento/silenciamento que favoreceu a tentativa de tornar sua história no esporte “esquecida” (A HISTÓRIA..., 2020). Além de ter seu retorno antecipado, em 1969, a atleta foi declarada “incapacitada para integrar delegações de responsabilidade” do COB (OITO AMADORES..., 1969). Conhecer sua trajetória permite afirmar que essa e outras punições resultavam de seus posicionamentos políticos, principalmente àqueles que enfrentavam o regime opressor e denunciavam ações discriminatórias do COB. Na época de sua transferência para o Atlético Mineiro, Irenice queria tranquilidade e boas condições para aperfeiçoar seu desempenho e competir nos JO de 1972. Todavia isso não se concretizou, em represália por suas atitudes, consideradas subversivas. Apesar de sua expressiva atuação no esporte, Irenice não se tornou uma atleta conhecida. Contar sua história é agir com astúcia ante as estratégias de apagamento.

Na edição dos JO de 1972, o Brasil foi representado por cinco atletas mulheres, contudo não contou com nenhuma representante no atletismo feminino. Já a delegação brasileira dos JO de Montreal (Canadá), em 1976, contou com 93 atletas, disputando 12 modalidades. Sete mulheres compuseram esse coletivo, três competindo no atletismo: Esmeralda de Jesus (18 anos), Maria Luísa Domingues Betioli e Silvina Pereira da Silva (ambas com 28). Mineira, natural de Lagoa Santa, Esmeralda de Jesus Freitas Garcia nasceu em 1959 e despontou nos Jogos Estudantis Brasileiros. A atleta conquistou a medalha de ouro do Pan-Americano de 1983 e voltou aos JO em 1984, superando o recorde mundial do salto triplo no ano seguinte, quando treinava nos EUA. Nascida em 1948, Maria Luísa Domingues Betioli era professora de Educação Física, morava em Lençóis Paulista e lecionava na cidade de Itaí. Apesar de já ter feitos importantes, como o de recordista brasileira e sul-americana de salto em altura, a poucos meses dos JO, a atleta treinava sem supervisão e apoio (JOÃO CARLOS..., 1976). Percebemos, na trajetória de Maria Luísa, o descompromisso de dirigentes e o cotidiano desafiante de mulheres atletas brasileiras em conciliar os treinamentos a outras dinâmicas da vida.

De uma família tradicional do interior do Rio de Janeiro, Silvina Pereira nasceu em 1948, em Vassouras. Começou a praticar atletismo na escola e competia nas edições dos Jogos Estudantis e, posteriormente, nos Jogos da Primavera (realizados pelo *Jornal dos Sports*). Conquistou ainda as medalhas de prata e bronze nos Pan-Americanos de 1971 e 1975, respectivamente (RUBIO, 2015).

Mesmo sendo uma das modalidades esportivas em que as atletas brasileiras mais se destacavam e alcançavam os índices de rendimento necessários à classificação para os JO, “O atletismo e seus praticantes possuíam um *status* inferior; ocupavam a posição de *outsiders*, sendo menosprezados por muitos dirigentes em relação aos esportes considerados mais nobres” (FARIAS, 2012, p. 189).

Em outras modalidades

Além da natação e do atletismo, as esportistas brasileiras foram selecionadas para três outras modalidades: esgrima (1936), saltos ornamentais (1956) e hipismo (1968). Cada modalidade contou com uma representante brasileira.

Poucas mulheres de nosso país competiram na esgrima, nos JO. Na obra produzida por Rubio (2015), há menção a apenas três mulheres esgrimistas. Entre elas, temos Hilda Von Puttkammer, a primeira sul-americana a competir na modalidade, nos JO. Vinculada ao clube Paulistano, aos 24 anos, fez parte da delegação que participou dos JO de Berlim, em 1936, competindo na prova de florete individual (RUBIO, 2015), classificando-se em quarto lugar no segundo grupo de competidoras, sendo derrotada na semifinal (UMA BRASILEIRA..., 1936).

Figura 4 – Fotografia (frente e verso) da disputa entre Puttkammer e Archibald (JO, Berlim-1936)



Puttkammer está posicionada de frente à direita.
Fonte: AbeBooks, 1936.¹⁸

Entre o material reunido nesta pesquisa, temos um registro raro: fotografia da esgrimista enfrentando a canadense Nancy Archibald nos JO de 1936 (fig. 4). A primeira ocorrência localizada sobre Hilda é de outubro de 1929, e seu nome já estava associado à esgrima (ESGRIMA, 1929). A esgrima foi recorrentemente representada como “fidalgo esporte”, um esporte praticado pela elite. Combinado a essa fidalguia reclamada à modalidade esportiva, temos o uso do termo “baronesa”¹⁹ para se referir a Hilda Von Puttkammer. A atleta foi convocada para os JO de Londres (1948), porém não pôde atender à convocação. Compreendendo que outra competidora poderia representar o Brasil em seu lugar, Hilda mobilizou a realização de nova seletiva. No entanto, essa atitude não obteve boas repercussões, e a atleta sofreu sanções do COB (RUBIO, 2015). Demorou mais de 60 anos para que o Brasil tivesse, nos JO, outra representante nessa modalidade.

Nascida em Belém-PA, em 1935, Mary Dalva passou boa parte da infância à beira de um igarapé, local onde realizou seus primeiros saltos, em um trampolim improvisado (RUBIO, 2015). A primeira ocorrência que localizamos sobre a atleta é de 13 de junho de 1940, compondo a lista de passageiros desembarcados em Santos, oriundos de Belém (O PORTO, 1940, p. 7). Na ocasião Mary Dalva tinha 15 anos e fez a viagem com sua família. Após se estabelecer no

¹⁸ Disponível em: <https://www.abebooks.com/paper-collectibles/Foto-Olympia-1936-Florett-Fechterinnen-Nancy/30830887768/bd>. Acesso em: 25 jun. 2024.

¹⁹ Não conseguimos localizar a origem do título de nobreza atribuído à atleta, no entanto essa designação foi recorrente.

Rio de Janeiro-RJ, Mary Dalva iniciou o treinamento da natação no Fluminense. Após os treinos, o trampolim era utilizado por ela recreativamente (RUBIO, 2015). No início da década de 1950, já era considerada atleta experiente e participava de diversas disputas. Entre elas, representou o Brasil no Campeonato Sul-Americano de Viña del Mar, conquistando o primeiro lugar. A rotina de treinos nesses anos foi conciliada com sua formação em contabilidade, concluída em 1955 (VALPORTO, 2006).

Em 1956, Mary Dalva Proença foi a única atleta brasileira a competir nos JO de Melbourne/Estocolmo. Na ocasião, alcançou o 16º lugar nos saltos ornamentais, feito que apenas foi alcançado novamente por uma brasileira nos JO de Atenas, em 2004 (VALPORTO, 2006). Ao retornar ao Brasil, a atleta tinha planos de intensificar os treinamentos, entretanto teve sua carreira interrompida pelo retorno da família à sua cidade natal. Mesmo após inúmeras tentativas, não pôde nem permanecer no Rio de Janeiro, nem continuar sua rotina de treinos. Residindo em Belém, Mary se casou e teve filhos. Somente após a morte do marido, voltou às competições, na década de 1960, conquistando títulos e nutrindo a expectativa de retornar aos JO. Mary foi vencedora do Campeonato Carioca e do Brasileiro em 1963, campeã sul-americana em 1964 (VALPORTO, 2006) e vice-campeã do Sul-Americano e do Brasileiro, ambos em 1969 (RUBIO, 2015), todavia não retornou aos JO.

O hipismo, no período recortado para este estudo, teve representação feminina brasileira somente em 1968. Com apenas 17 anos e acompanhada do cavalo Rush de Camp, a carioca Lúcia Faria de Alegria Simões disputou as provas de saltos por equipe e individual nos Jogos do México. A atleta ganhou prêmios em diferentes países, sendo bicampeã sul-americana. Em 1955, passou a integrar a Sociedade Hípica Brasileira e é considerada por essa instituição “uma das maiores amazonas do Brasil” (SOCIEDADE HÍPICA BRASILEIRA, 2023). Lúcia se graduou em História e deu prosseguimento à carreira, tornando-se desenhista de percursos para competições de hipismo. Embora tenha se casado, em 1976, com um atleta de hipismo, Lúcia não abandonou o esporte, contrariando preceitos ditos naturais do gênero feminino.

Com diferentes histórias de vida e distintos percursos esportivos, as atletas brasileiras que competiram nos JO, no período de 1932 a 1976, enfrentaram

ambientes hostis em que, por vezes, suas habilidades esportivas foram menosprezadas apenas pelo fato de serem mulheres. As trajetórias de parte das atletas nos remetem à discussão sobre a condição da mulher na sociedade, para qual, como desígnio natural de seu gênero, precisava abdicar de suas carreiras e projetos profissionais para se tornar esposa e mãe. Muitas polêmicas e conflitos fizeram parte desse longo caminho, evidenciando a interseccionalidade entre gênero, raça e classe social.

Considerações finais

No correr da vida, durante um longo período passado, e ainda na atualidade, as mulheres procuraram diferentes formas para resistir e erradicar preconceitos e discriminações direcionadas a elas por questões de gênero. Nos esportes, as barreiras foram muitas, tendo por consequência participação feminina nos JO muito aquém da que poderia ocorrer. A inserção das mulheres nessa competição mundial se deu lenta e gradualmente. No período pesquisado, de 1928 a 1976, o número é bem menor que o de atletas do gênero masculino no quantitativo geral e nas modalidades cujas disputas lhes eram permitidas (GIGLIO et al., 2018). No transcurso dos 48 anos pesquisados, enfrentamentos foram realizados. Alguns deles permitiram que as mulheres adentrassem territórios anteriormente ocupados apenas por homens.

Na contramão de práticas que fomentam o esquecimento, intentamos conhecer, compreender, reunir e cruzar os percursos das atletas brasileiras que participaram de alguma edição do JO, entre os anos de 1932 e 1976. Sobre algumas, os registros encontrados foram bastante escassos; sobre outras, encontramos um conjunto expressivo de referências. É o caso de Maria Lenk, Piedade Coutinho e Aída dos Santos. Já sobre duas atletas que representaram o Brasil na edição de 1972, não foi possível identificar sequer seus nomes.

Nas décadas de 1930 e 1940, novas tarefas foram apresentadas como da alçada feminina, balizada por modificações na estrutura sociocultural do Brasil. Mudanças que se relacionavam com a dinâmica desenvolvimentista urbano-industrial, que não foram suficientes para dirimir o controle sob as mulheres, mas permitiram que ocupassem outros lugares. No contexto esportivo, é nesse período que a primeira atleta brasileira representa o país em uma edição dos JO

(em 1932) e é quando tivemos o maior número de mulheres em uma delegação, feito ocorrido em 1948. A diminuição da representatividade feminina nos JO, em um período em que o desenvolvimento esportivo se tornou um problema de Estado, com expressiva verba destinada ao setor, convida à reflexão sobre a relação entre regimes ditatoriais e o aumento do cerceamento das mulheres. Nessa direção, a trajetória de Irenice Rodrigues indicia sobre a forte repressão e os apagamentos históricos movidos pelo regime militar no Brasil.

A primeira modalidade disputada foi a natação, seguida da esgrima (1936) e do atletismo, que contou com representantes apenas nos JO de 1948. Para além das distinções pautadas na questão de gênero, os registros analisados evidenciam que diferentes questões permearam as modalidades disputadas. Se, por exemplo, na natação, as trajetórias foram narradas sem o desvelamento de grandes conflitos; no atletismo, a raça e a classe foram demarcadores sociais bastante presentes nos percursos das atletas. Na esteira dos argumentos de Adelman (2003), corroboramos que a raça e a classe também foram (são) delimitadoras de oportunidades de acesso e interpelaram (interpelam) os sujeitos, interferindo nas práticas esportivas que escolheram (ou puderam escolher) praticar. No caso da esgrima, do hipismo e ainda da natação, para as atletas aqui investigadas, foram apresentados mais incentivos do que limitações. Já para as mulheres negras e pobres que compuseram essa trama, a prática do atletismo foi a mais tangível.

Nessa direção, importa ressaltar tratamentos distintos dispensados às atletas dessa modalidade pelos dirigentes e representantes do COB. Distinções também foram encontradas nas atribuições de adjetivos para se referir a essas mulheres nos jornais e revistas pesquisados. Em nenhuma reportagem, os que estavam ligados à beleza, elegância e harmonia foram direcionados às atletas negras.

Em meio às 32 trajetórias que conseguimos conhecer, mesmo que sumariamente, destacam-se as de Aída dos Santos e Irenice dos Santos. A primeira, mulher negra e pobre, que, sem patrocínio, treinador, calçados adequados à prova disputada e até sem uniforme, classificou-se para as finais no salto em altura e conquistou o quarto lugar. Feito inédito e que demorou alguns anos para ser superado. As dificuldades encontradas e o descaso enfrentado por Aída são reveladores de um país desigual que se estruturou e ainda se estrutura

no racismo e no machismo. A segunda, atleta que desconstruiu limites impostos à “natureza feminina”, não se curvou aos ritos de um regime militar e aproveitou sua posição de destaque para denunciar a repressão, dentro e fora do contexto esportivo.

Ampliar nosso conhecimento sobre os caminhos percorridos por essas mulheres, em diferentes tempos e contextos, possibilita narrar histórias cotidianas que dilataram possibilidades para outras gerações.

Referências

ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 445, jul./dez. 2003.

A EQUIPE feminina carioca nos 100 e 200 metros rasos. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 26 jan. 1950.

A HISTÓRIA de Irenice Rodrigues. **Esporte Rio**, Rio de Janeiro, 4 jul. 2020. Disponível em: <https://esporterio.blogspot.com/2020/07/a-historia-de-irenice-rodrigues.html>. Acesso em: 24 abr. 2024.

A NATAÇÃO no Pré-Olímpico. **Sport Ilustrado**, Rio de Janeiro, n. 527, 5 mai. 1948.

A NOTÁVEL “performance” de Maria Lenk, no Sul-Americano de Natação. **Diário da Manhã**, Recife, n. 330, p. 6, 30 mar. 1938.

ATLETA tricolor vai para Belo Horizonte. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 16, 22 fev. 1969.

BATISTA, Victor Hugo Gonçalves. Futebol de mulheres em perspectiva global: representações, instituições e poder (1965-1973). **Esporte e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 32, mar. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei, nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção 1, p. 7453, 16 abr. 1941.

CASTRO, Tatiana de Carvalho. A construção da imagem da “mulher moderna” no início do século XX no cinema e na imprensa. **Ars Historica**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 87-103, jul. 2019.

CHICO Piscina, uma competição importante. **A Tribuna**, São Paulo, 27 fev. 1973.

CLARA volta a ser rainha. **A Gazeta Esportiva**, São Paulo, 12 mar. 1956.

CONTRA-CAPA. **Sport Ilustrado**, Rio de Janeiro, n. 524, p. 3, 22 abr. 1948.

DELGADO, Irenio. Natação em foco. **Sport Ilustrado**, Rio de Janeiro, a. 5, n. 237, p. 8, 22 out. 1942.

DERROTADO o campeão sul-americano de saltos. **Diário da Noite**, São Paulo, 13 jan. 1947.

DEVIDE, Fabiano Pries et al. História de vida de Piedade Coutinho como ícone do esporte feminino brasileiro no século XX. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 21, n. 2, jun. 2018.

DEVIDE, Fabiano Pries. **Gênero e mulheres no esporte**: história das mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos. Ijuí: Unijuí, 2005.

DEVIDE, Fabiano Pries. **História das mulheres na natação brasileira no século XX**: das adequações às resistências sociais. São Paulo: Hucitec, 2012.

DOIS recordes superados no Certame Eliminatorio de Atletismo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 20 abr. 1948.

ELEONORA Schmidt conquistou o melhor resultado da competição. **Diário da Noite**, São Paulo, p. 11, 29 dez. 1947.

ESGRIMA. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 13, 3 out. 1929.

ESPORTE feminino. **A Tribuna**, São Paulo, 27 abr. 1946.

EXAME de sexo é velha questão que preocupa mundo olímpico. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 22, 3 jul. 1976.

FALCÃO, Cláudio. A grande nadadora botafoguense Lucy Burle. **Datafogo**, Rio de Janeiro, 17 maio 2020. Disponível em: <https://datafogo.blogspot.com/2020/05/a-grande-nadadora-botafoguense-lucy.html>. Acesso em: 3 jul. 2023.

FARIAS, Cláudia Maria de. **Sonhos, lutas e conquistas**: projeção e emancipação social das mulheres brasileiras nos esportes, 1932-1979. Tese de Doutorado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

GIGLIO, Sergio Settani et al. Desafios e percalços da inserção da mulher nos jogos olímpicos (1894-1965). **Record: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-22, jan./jun. 2018.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-175.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher** na Revista Educação Physica. Ijuí: Unijuí, 2003.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Jogos Olímpicos: a generificação de corpos performantes. **Revista USP**, São Paulo, n. 108, p. 29-38, jan./mar. 2016.

INICIANDO uma nova phase para os esportes aquáticos da cidade. **Diário da Manhã**, Recife, n. 1117, p. 6, 17 nov. 1937.

IRENICE regressou fazendo acusações. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 14, 4 out. 1968.

JOÃO Carlos muda treinos para se adaptar ao “tartan”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 jun. 1976.

LAURINDO, Ulisses. Os resultados no conjunto foram fracos; mas alguns atletas se salvaram. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 abr. 1961.

MAGNÍFICOS resultados alcançou o certame atletico feminino. **Correio Paulistano**, São Paulo, 23 nov. 1948.

MARIA Lenk bateu novo record. **Diário da Manhã**, Recife, n. 1110, p. 8, 10 nov. 1939.

MARIA Lenk bateu um recorde sul-americano. **A Federação**, Porto Alegre, n. 279, p. 6, 7 dez. 1934.

MIRAGAYA, Ana Maria. **The process of inclusion of women in the Olympic Games**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006.

MONTANHA, Fausto Amaro Ribeiro Picoreli. As mulheres nos esportes olímpicos: olhares da imprensa carioca (1920-1935). **FuLiA**, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 172-192, set./dez., 2019.

MOSAICO esportivo. **A Tribuna**, São Paulo, 23 fev. 1950.

MOURÃO, Ludmila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Movimento**, Porto Alegre, v. 6, n. 13, 2000.

O FEITO de Deise. **Correio Paulistano**, São Paulo, 6 nov. 1949.

O FUTEBOL é impróprio para moças. **O Dia Esportivo**, Curitiba, p. 10, 26 jun. 1940.

OITO amadores do Brasil proibidos. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 16, 25 abr. 1969.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Tabora de. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da ditadura (1964-1985). In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de. **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 387-416.

O PORTO. **O Imparcial**, São Paulo, p. 7, 13 jun. 1940.

OS ASES da natação infanto-juvenil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 5900, p. 26, 18 jan. 1942.

OS BRASILEIROS nos Jogos Olímpicos. **Revista Fon-Fon**, Rio de Janeiro, a. 42, n. 2158, 14 ago. 1948.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para regulação da população brasileira (1930-1945). **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 313-343, jul./dez. 2012.

PERFIS internacionais. **Revista Fon Fon**, Rio de Janeiro, p. 17, 02 ago. 1919.

PIEIDADE e Maria Lenk classificadas nas eliminatórias de ontem. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, a. 6, n. 2081, p. 2, 9 ago. 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/112518_01/8017. Acesso em: 3 jul. 2023.

PRÉ-SELEÇÃO do COB preocupa a natação. **Cidade de Santos**, Santos, n. 3113, p. 9, 17 abr. 1976.

PROCURA-SE Irenice. Direção de Marco Escrivão; Thiago B. Mendonça. Produção de Renata Jardim. São Paulo: Embaúba Play, 2015. Disponível em: <https://embaubaplay.com/catalogo/procura-se-irenice/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RUBIO, Katia. **Atletas olímpicos brasileiros**. São Paulo: Sesi-SP, 2015.

SERVI, Marcos Antônio. Surtolista - 8 mulheres brasileiras pioneiras nos Jogos Olímpicos. **Surtolímpico**, 13 mar. 2021. Disponível em: <https://www.surtoolimpico.com.br/2021/03/surtolista-8-mulheres-brasileiras.html>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SOCIEDADE HÍPICA BRASILEIRA. Homenagem SHB 85 anos - Lúcia Faria de Alegria Simões. **Sociedade Hípica Brasileira**, Rio de Janeiro, 15 mar. 2023. Disponível em: <https://shb.com.br/2023/03/15/homenagem-shb-85-anos-lucia-faria-de-alegria-simoes/>. Acesso em: 16 out. 2023.

TAKATA, Daniel. Piedade Coutinho. **Hall da fama da natação brasileira**. Rio de Janeiro: Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, 2013. Disponível

em: <https://hfnb.com.br/homenageados/piedade-coutinho/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

UMA BRASILEIRA classificada em Florete. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 6, 5 jul. 1936.

VALPORTO, Oscar. **Atleta**: substantivo feminino. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

VERDÃO 9º B. E. C. faz levantamentos. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 6 maio 1972.

VIEIRA, Ana Flávia Braun; FREITAS JUNIOR, Miguel Archanjo de. As relações de poder nos Jogos Olímpicos (1920-2020): uma análise da participação das atletas brasileiras sob a perspectiva teórica de Norbert Elias. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 68, n. 37, p. 183-207, jul./dez. 2020.